Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. ("Companhia"), constituída como uma "sociedade anônima" domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa ("FRAS3" e "FRAS4"), tem por objeto principal a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas nos seguintes países: Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha e África do Sul.

### Combinação de negócios

### Aquisição da Freios Controil Ltda

A Companhia adquiriu, em 1º de janeiro de 2012, 99,99% das quotas representativas do capital social da Freios Controil Ltda. ("Controil"), empresa que atua na fabricação de autopeças, com foco principal em componentes para freios. A aquisição tem com objetivo principal ampliar e diversificar o portfolio de seus produtos junto aos seus clientes domésticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Controil na data de aquisição, avaliado por empresa independente, é apresentado a seguir:

	Valor Justo na Aquisição
Caixa e equivalente de caixa	845
Contas a receber	14.885
Estoques	15.606
Impostos a recuperar	1.059
Ativo imobilizado	53.386
Intangível	1.405
Outros ativos	5.692
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre valor justo	(6.650)
Fornecedores	(5.052)
Instituições financeiras	(51.729)
Provisão para litígios	(4.100)
Outros passivos	(8.233)
Total de ativos identificáveis líquido	17.114
Valor da contraprestação	(10.000)
Deságio (compra vantajosa)	7.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Combinação de negócios -- Continuação

Aguisição da Freios Controil Ltda.--Continuação

Na data da aquisição, foi identificado e registrado um passivo contingente adicional no valor de R\$1.968, resultante de riscos trabalhistas não provisionados anteriormente. Na data do balanço, o passivo contingente foi reacessado e determinou-se o montante de R\$1.968, o qual é baseado no resultado provável esperado.

Desde a data da aquisição, a Controil contribuiu para a Companhia com receitas de R\$100.354, e prejuízos de R\$5.839.

O deságio (compra vantajosa) apurado representa substancialmente o ganho apurado sobre a mais valia dos ativos tangíveis em relação ao valor da contraprestação paga.

# 2. Sumário das políticas contábeis

## 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 8 de fevereiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.-Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Fras-le S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

	2012	2011
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	100,00	100,00
Fras-Le Middle East (c)	100,00	-
Freios Control Ltda (b)	99,99	-

- (a) Sociedades controladas no exterior
- (b) Empresa adquirida em 2012
- (c) Empresa constituída em 2012

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.3 Combinação de negócios

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

#### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.4 Reconhecimento de receita--Continuação

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### 2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

#### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

## ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.6 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

#### 2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 2.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.10 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Intervalo de vida útil
Edificações	12 a 59 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 45 anos
Moldes	2 a 12 anos
Veículos	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	2 a 25 anos
Equipamentos de informática	1 a 8 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.10 Imobilizado--Continuação

#### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

### 2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2.14 Provisões

## <u>Geral</u>

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.15 Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.15 Tributação--Continuação

## Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

 quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos -- Continuação

 sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.16 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

#### 2.17 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada — contribuição definida, (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## 2.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 2.19 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.20 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

#### 2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

# 2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

## Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente—Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentros dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.22 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente—Continuação

#### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) o Grupo transferir os seus direitos de receber fluxo de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Companhia registra instrumentos financeiros como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*-Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista no objeto de *hedge*, assim como os períodos previstos de transferências dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação *hedge*. Espera-se que esses *hedge*s sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilização são registrados da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.23 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*-Continuação

## Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

### Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando o Grupo mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

## 2.24 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

**Impostos** 

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros , juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide nota 19.

#### Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 10.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

#### 4.1 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais medidas quando as mesmas entrarem em vigor.

- <u>IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras</u>: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária adicional e a informação comparativa necessária.
- IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros: Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeira.
- <u>IFRS 7 Instrumentos Financeiros:</u> Compensação entre ativos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 

- **4.1** Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação
  - IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente contidas na IAS 27 relativas a demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Essas divulgações se referem às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, coligadas e entidades estruturadas. Algumas novas divulgações são também requeridas, contudo não têm nenhum impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2013.
- IFRS 13 Mensuração de Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação para fins das IFRS para todas as mensurações de valor justo. A IFRS 13 não muda quando uma entidade é requerida a usar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo segundo as IFRS quando valor justo é requerido ou permitido. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que essa norma terá sobre a sua posição financeira e desempenho contudo, com base nas análises preliminares, nenhum impacto material é esperado. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 5. Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras

### Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consc	olidado
	BRGAAP		IF	RS
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	576	1.427	9.394	9.385
Aplicações financeiras	69.914	119.113	69.914	119.113
	70.490	120.540	79.308	128.498

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Aplicações Financeiras de liquidez não imediata

As aplicações financeiras de liquidez não imediata (controladora e consolidado) totalizam R\$146.640 em 31 de dezembro de 2012 (R\$120.170 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 80% e 106% (75% a 106% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mantidas em bancos de primeira linha.

#### 6. Clientes

	Controladora		Consol	lidado	
	BRG	AAP	IFR	RS	
	2012	2011	2012	2011	
Circulante:					
No País	44.021	28.505	44.021	28.505	
de terceiros	41.830	26.873	41.830	26.873	
parte relacionada	2.191	1.632	2.191	1.632	
No exterior	48.325	52.994	65.376	64.695	
de terceiros	32.969	41.718	65.376	64.695	
parte relacionada	15.356	11.276	-	-	
	92.346	81.499	109.397	93.200	
Menos:					
Cambiais descontadas	-	(6.681)	-	(6.681)	
Ajuste a valor presente	(319)	(694)	(319)	(694)	
Provisão para devedores duvidosos	(5.155)	(1.435)	(5.163)	(1.855)	
•	86.872	72.689	103.915	83.970	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 35 e 25 dias respectivamente, e para o mercado externo 116 e 107 dias, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Control	adora	Consoli	dado
	BRGG	AP	IFR	3
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(1.435)	(1.005)	(1.855)	(1.355)
Adições	(4.331)	(623)	(4.945)	(797)
Recuperações/ realizações	611	193	1.637	297
Saldo no final do exercício	(5.155)	(1.435)	(5.163)	(1.855)

Em 31 de dezembro, a análise do saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

•	Controladora		Consol	idado
	BRGA	<b>NAP</b>	IFR	S
	2012	2011	2012	2011
A vencer	65.103	57.622	76.480	66.434
Vencidos a:				
De 1 a 30 dias	11.847	18.613	16.244	4.979
De 31 a 60 dias	5.906	1.388	6.469	4.202
De 61 a 90 dias	2.731	649	2.972	1.989
De 91 a 180 dias	3.609	1.644	3.772	1.612
Acima de 181 dias	3.150	1.583	3.460	13.984
Total	92.346	81.499	109.397	93.200

A Companhia não requer garantias sobre as vendas à prazo.

# 7. Estoques

Controladora		Conso	lidado
BRG	BRGAAP		RS
2012	2011	2012	2011
31.623	27.292	67.493	59.138
8.690	9.299	13.369	10.669
25.460	32.939	36.273	35.847
2.025	1.944	4.639	1.944
2.362	1.175	4.035	3.534
(1.952)	(1.079)	(1.952)	(1.079)
68.208	71.570	123.857	110.053
	2012 31.623 8.690 25.460 2.025 2.362 (1.952)	2012         2011           31.623         27.292           8.690         9.299           25.460         32.939           2.025         1.944           2.362         1.175           (1.952)         (1.079)	BRGAAP         IFI           2012         2011         2012           31.623         27.292         67.493           8.690         9.299         13.369           25.460         32.939         36.273           2.025         1.944         4.639           2.362         1.175         4.035           (1.952)         (1.079)         (1.952)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para estoques obsoletos, está demonstrada a seguir:

	Control	adora	Consol	idado
	BRGA	AAP	IFR	S
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício Adições	(1.079) (873)	(562) (517)	(1.079) (873)	(562) (517)
Saldo no final do exercício	(1.952)	(1.079)	(1.952)	(1.079)

# 8. Impostos e contribuições a recuperar

	Control	adora	Consoli	dado
_	BRGA	AP	IFR	S
_	2012	2011	2012	2011
ICMS (a)	4.669	6.618	4.669	6.618
Imposto de renda e contribuição social (b)	2.377	3.561	2.377	3.561
COFINS (c)	4.160	2.097	4.160	2.097
PIS (c)	895	462	895	462
Imposto sobre valor adicionado - IVA (d)	-	-	6.899	4.916
Imposto a recuperar sobre importação	493	1.334	493	1.334
Outros	52	-	1.110	1.816
Total	12.646	14.072	20.603	20.804
(-)Circulante	6.178	11.368	10.904	16.961
Não circulante	6.468	2.704	9.699	3.843

#### a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

#### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

#### c) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

#### d) Imposto sobre valor adicionado

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Informações sobre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Ativo Passivo					
	Contas a	Mútuos e	0		Adiantamento de partes	
	receber por vendas	dividendos a receber	Comissões a pagar	Contas a pagar por compras	Mútuos a pagar	relacionadas
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (e)						
aldo 2012 saldo 2011	125	-	-	- -	-	-
tandon S.A. Implementos e Participações (b)						
aldo 2012 aldo 2011	<b>1.798</b> 94	-	-	- 20	-	-
laster Sistemas AutomotivosLtda (e)						
aldo 2012	235	-	-	-	-	-
aldo 2011	1.259	-	-	-	-	-
astertech Fundição e Tecnologia (e)						
<b>Saldo 2012</b> Saldo 2011	<b>33</b> 87	-	-	-	-	-
reios Controil Ltda (d)						
aldo 2012	-	1.217	-	-	-	-
ras-le Argentina S.A. (c) aldo 2012	9.343	1.394	_	_	_	_
aldo 2011	6.355	1.514	-	-	-	-
ras-le North American, Inc. (c)						
aldo 2012	3.727	-	<u>-</u>	-	-	-
aldo 2011	2.859	-	388	-	-	10.858
ras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)	637					
<b>aldo 2012</b> aldo 2011	700		-	-	-	
	700		-	-		
ras-le Europe (c)	4.040		400			
<b>aldo 2012</b> aldo 2011	<b>1.649</b> 1.554	-	<b>162</b> 13	-	-	-
	1.554		13	-	-	
ras-le Africa (c)			22			
<b>aldo 2012</b> aldo 2011	-	-	23	-	-	
ras-le Andina Com. Y Repres. Ltda (c)						
aldo 2012	-	-	18	-	_	-
aldo 2011	-	-	83	-	-	-
ras-le Mexico (c)						
aldo 2012	-	-	179	-	-	-
aldo 2011	-	-	54	-	-	-
outras partes Relacionadas (a)					4.020	-
aldo 2012 aldo 2011		-	-	-	<b>1.039</b> 1.183	-
'otal						_
Saldo 2012	17.547	2.611	382	-	1.039	<u> </u>
Saldo 2011	12.908	1.514	538	20	1.183	10.858

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

		Transações		Prazo médio			
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Despesa de comissão	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimentos	Pagamento
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>153</b> 269	-	-	-	<u>-</u> -	<b>7</b> 20	7
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (e) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>110</b> 128	<del>-</del> 7	<u>.</u>		<u>.</u>	<b>7</b> 9	<b>7</b> 15
Randon S.A. Implementos e Participações (b) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>8.533</b> 2.745	<b>5.038</b> 6.261	-	-	-	<b>7</b> 13	<b>7</b> 33
Master Sistemas AutomotivosLtda (e) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>19.881</b> 45.515	<b>-</b> 9	-	-	-	<b>7</b> 7	<b>7</b> 8
Castertech Fundição e Tecnologia (e) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>1.292</b> 651	-	-	į.	-	<b>7</b> 22	7
Fras-le Argentina S.A. (c) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>20.065</b> 19.184	:	:	Ī	- -	<b>141</b> 126	106
Fras-le North America, Inc (c) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>15.853</b> 21.630	-	<b>5.019</b> 3.948		-	<b>206</b> 320	<u>.</u>
Fras-le Mexico S de RL de CV (c) Saldo 2012 Saldo 2011	:	:	<b>637</b> 526		<u>.</u>	:	<u>.</u>
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>1.431</b> 1.172	-	<u>.</u>	<u>.</u>	-	<b>250</b> 258	14
Fras-le Europe (c) Saldo 2012 Saldo 2011	<b>2.781</b> 1.248	:	<b>750</b> 929	-	:	<b>319</b> 340	<u>.</u>
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c) Saldo 2012 Saldo 2011	-	-	- 20	-	<u>.</u>		-
Fras-le Andina (c) Saldo 2012 Saldo 2011	-	<u>-</u>	-	-	<u>-</u>	<u>.</u>	<u>.</u>
Fras-le Middle East (c) Saldo 2012 Saldo 2011	-	-	<u>-</u>	-	<u>-</u>	<u>.</u>	<u>-</u>
Outras partes Relacionadas (a) Saldo 2012 Saldo 2011	-	<u>-</u>	<u>.</u>	-	- 176	<u>.</u>	<u>.</u>
<b>Saldo 2012</b> Saldo 2011	<b>70.099</b> 92.542	<b>5.038</b> 6.277	<b>6.406</b> 5.423	-	- 176	-	-

<sup>(</sup>a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

<sup>(</sup>b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.

<sup>(</sup>c) Sociedades controladas no exterior.

<sup>(</sup>d) Sociedade controlada no Brasil.

<sup>(</sup>e) Empresas coligadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas, referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo

A Companhia definiu como pessoal chave da administração, o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como seque:

Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)
Benefícios pós emprego – contribuições para Randon - Prev
Total

Controladora		Consolidado			
BRGAAP		IFRS			
2012	2011	2012	2011		
			_		
3.417	4.456	3.417	4.456		
154	141	154	141		
3.571	4.597	3.571	4.597		

A Companhia não pagou as suas pessoas chaves da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

# 10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$659 (R\$605 em 2011).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2012 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários Continuação

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

A Companhia também deliberou pelo oferecimentos de determinados benefícios de pós-emprego a empregados de alto escalão nos Estados Unidos. Esses benefícios são financiados em regime de caixa.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício liquido reconhecida na demostração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Contro	oladora	Consc	olidado	
_	BRGAAP		IF	RS	
_	2012	2011	2012	2011	
Despesa líquida com benefícios (reconhecida no custo de vendas)					
Custo do serviço corrente	179	226	179	226	
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	249	256	249	256	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(633)	(562)	(633)	(562)	
Despesa líquida com benefícios	(205)	(80)	(205)	(80)	
Rendimento real dos ativos do plano	(162)	(559)	(162)	(559)	

# Ativo (passivo) de benefícios

	Contro	oiadora	Cons	olidado
	BRO	BRGAAP		FRS
	2012	2011	2012	2011
Obrigação com benefícios definidos	(3.083)	(2.538)	(3.083)	(2.538)
Valor justo dos ativo do plano	3.328	5.026	3.328	5.026
Ajuste devido	-	(1.348)	-	(1.348)
Ativo de benefícios	245	1.140	245	1.140

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
	2012	2012
Obrigação com benefício definido em 1º de janeiro de		
2011	2.572	2.572
Custo de juros	243	243
Custo do serviço corrente	237	237
Benefícios pagos	(171)	(171)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	(343)	(343)
Obrigação com benefício definido em 31 de		
dezembro de 2011	2.538	2.538
Custo de juros	179	179
Custo do serviço corrente	250	250
Benefícios pagos	(144)	(144)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	260	260
Obrigação com benefício definido em 31 de		
dezembro de 2012	3.083	3.083

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
	2012	2012
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro de		
2011	4.578	4.578
Retorno real dos investimentos	559	559
Contribuição do empregador	189	189
Benefícios pagos	(171)	(171)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	(129)	(129)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de		
dezembro de 2011	5.026	5.026
Retorno real dos investimentos	162	162
Contribuição do empregador	186	186
Benefícios pagos	(144)	(144)
Valores transferidos	(1.902)	(1.902)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de		
dezembro de 2012	3.328	3.328

A Companhia espera contribuir com R\$919 aos seus planos de previdência com beneficio definido em 2013. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

Ações no Brasil Títulos no Brasil

Contro	oladora	Consolidado				
BRG	AAP	IFRS				
2012	2011	2012	2011			
983	1.252	983	1.252			
2.345	3.774	2.345	3.774			
3.328	5.026	3.328	5.026			

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2012	2011
	%	%
Taxa de desconto	8.62	10.29
Rendimento esperado dos ativo do plano	12,67	12.24
Taxa de crecimento salarial	7,64	7,64
Taxa de crescimento de benefícios	4,50	4,50
Expectativa de vida em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:	·	·
Brasil		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

### 11. Investimentos

### Composição dos saldos

Participação em empresas controladas Outros investimentos Lucro não realizado nos estoques

Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
BRGAAP	BRGAAP	IFRS	IFRS
2012	2011	2012	2011
87.490	30.768	-	-
80	80	80	80
(4.665)	(3.722)	-	-
82.905	27.126	80	80

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Investimentos--Continuação

# Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Contr	oladora	Conso	lidado
	BRG	AAP	IFF	RS
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	27.126	12.759	80	257
Adições	62.631	11.663	-	-
Variação cambial das investidas	1.538	2.453	-	-
Equivalência patrimonial	(3.380)	1.174	-	-
Reversão da provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	(4.067)	2.629	-	-
Dividendos recebidos	` -	(2.797)	-	-
Baixa de investimento	-	(177)	-	(177)
Lucro não realizado nos estoques	(943)	(578)	-	` -
Saldos no final do exercício	82.905	27.126	80	80

A seguir a movimentação dos investimentos nas controladas (Controladora):

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres . Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil Ltda	Fras-le Middle East	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	10.726	89	138	17.722	2.048	45	-	-	30.768
<ul> <li>Equivalência patrimonial</li> </ul>	(4.430)	4.681	(8)	22	1.645	300	206	(5.839)	43	(3.380)
<ul> <li>Ajustes acumulados de conversão</li> </ul>	160	(632)	18	72	1.687	228	5	-	-	1.538
<ul> <li>Aquisição da Freios Controil</li> </ul>	-	-	-	-	-	-	-	17.114	-	17.114
<ul> <li>- Aumento de capital</li> <li>- Reversão de provisão para passivo à</li> </ul>	15.398	-	-	-	-	-	-	30.059	60	45.517
descoberto	(4.067)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.061	14.775	99	232	21.054	2.576	256	41.334	103	87.490

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Investimentos--Continuação

# Informações das investidas

	Fras-le North América	orth Fras-le Com Y México S Friction Freios vérica Argentina Repres de RL Material Fras-le Fras-le Controil		as-le Andina Fras-le Fras-le orth Fras-le Com Y México S Friction Freios Fr		México S Friction de RL Material Fras-le		Fras-le Co	Fras-le Middle	т	Totais	
	Inc.	S/A	Ltda.		Co. Ltd.	Europe	Africa	Ltda	East	31/12/12	31/12/11	
Capital social Quantidade de quotas ou ações	16.115	6.696	23	2	22.823	1.994	59	45.000	60			
(em lote de mil) - Ordinárias	1	13.252	-	-	-	_	_	-	_			
<ul> <li>Quotas</li> <li>Participação no capital social, no</li> </ul>	-	-	-	2	-	-	-	-	-			
final do exercício - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00	100,00	99,99	100,00			
Ativos	64.186	36.031	160	245	54.949	6.500	265	79.489	111			
Passivos	57.125	20.313	60	12	5.254	3.924	9	38.112	8			
Receitas	43.851	71.624	454	643	26.074	9.135	488	100.354	293			
Patrimônio líquido ajustado	7.061	15.718	100	233	21.054	2.576	256	41.336	103			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.430)	5.340	(8)	22	1.645	300	206	(5.838)	43			
Ajustes acumulados de conversão	160	(632)	18	71	1.687	228	5	-	-	1.538	2.453	
Resultado da equivalência patrimonial	(4.430)	4.681	(8)	21	1.645	300	206	(5.838)	43	(3.380)	1.174	
Valor do investimento	7.061	14.775	99	232	21.054	2.576	256	41.334	103	87.490	30.768	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Imobilizado

# Controladora:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 2011	127.227	328.491	9.258	6.798	2.256	11.058	2.239	487.327
Aquisições Baixas Transferências	239 (76) 225	1.225 (43) 14.454	63 (231) (13)	183 - (42)	(193) 40	33.554 - (12.657)	5.134 - (5.606)	40.398 (543) (3.599)
Saldo em 2012	127.615	344.127	9.077	6.939	2.103	31.955	1.767	523.583
Depreciação e perda do valor recuperável Saldo em 2011	26.589	185.130	6.316	6.026	1.567	-	-	225.628
Depreciação Baixas <b>Saldo em 2012</b>	3.522 (76) <b>30.035</b>	18.483 (43) <b>203.570</b>	419 (142) <b>6.593</b>	261 (41) <b>6.246</b>	99 (129) <b>1.537</b>	- - -	- - -	22.784 (431) <b>247.981</b>
Valor residual líquido								
Saldo em 2011	100.638	143.361	2.942	772	689	11.058	2.239	261.699
Saldo em 2012	97.580	140.557	2.484	693	566	31.955	1.767	275.602

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Imobilizado --Continuação

# Consolidado:

	Terrenos e	Máquinas, equipamentos e	Móveis e	Equipamentos de		Imobilizado em	Adiantamento a	
Custo do imobilizado bruto	prédios	moldes	utensílios	computação	Veículos	andamento	fornecedor	Total
Saldo em 2011	129.135	343.595	12.626	7.270	2.567	18.401	2.240	515.834
Saldo de abertura aquisição (Controil)	-	105.890	1.827	-	971	4.702	-	113.390
Aquisições	292	8.575	985	257	175	48.136	5.134	63.554
Baixas	(76)	(174)	(231)	-	(549)	-	-	(1.030)
Transferências	225	14.454	(13)	(42)	40	(12.657)	(5.606)	(3.599)
Variação cambial	116	1.819	(216)	(28)	(25)	556	· · · · · · · · · · · ·	2.222
Saldo em 2012	129.692	474.159	14.978	7.457	3.179	59.138	1.768	690.371
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 2011	27.252	188.427	7.116	6.314	1.706	=	-	230.815
Saldo de abertura aquisição (Controil)	-	57.646	1.397	-	588	-	-	59.631
Depreciação	3.726	25.383	1.046	350	136	=	-	30.641
Baixas	(76)	(172)	(142)	(41)	(448)	-	-	(879)
Transferências	` -	857	(857)	` <u>-</u>	` -	-	-	` - '
Variação cambial	-	12	-	-	-	-	-	12
Saldo em 2012	30.902	272.153	8.560	6.623	1.982	-	-	320.220
Valor residual líquido								
Saldo em 2011	101.883	155.168	5.510	956	861	18.401	2.240	285.019
Saldo em 2012	98.790	202.006	6.418	834	1.197	59.138	1.768	370.151

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Imobilizado--Continuação

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útileconômica desses ativos e concluiram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2012.

### Custos de empréstimo capitalizados

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluído ao longo de 2013.

_	Controladora		Consol	idado
	BRG	AAP	IFR	S
	2012	2011	2012	2011
Fabricação de ferramentais Fabricação e instalação de máquinas e	2.217	1.214	2.217	1.214
equipamentos	16.444	9.265	43.627	16.608
Construções e benfeitorias em imóveis	13.294	579	13.294	579
·	31.955	11.058	59.138	18.401

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$876 (R\$1.322 em 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,27% ao mês, que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Intangível

	Software e licenças		
Custo	Controladora	Consolidado	
Saldo em 2011	23.240	23.543	
Aquisições	20	3.025	
Transferências	3.599	3.599	
Variação cambial	-	531	
Saldo em 2012	26.859	30.698	
Amortização e perda do valor recuperável			
Saldo em 2011	5.938	6.150	
Amortização	2.350	4.736	
Variação cambial	-	268	
Saldo em 2012	8.288	11.154	
Valor residual líquido			
Saldo em 2011	17.302	17.393	
Saldo em 2012	18.571	19.544	

Os ativos intangíveis se referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

### Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na data base 31 de dezembro de 2012, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

#### Controladora:

Passivo		2012			2011		Depósito	Judicial
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	743	1.836	2.520	166	1.715	2.353	-	-
b) tributário	-	14.081	189.329	-	12.922	173.739	12.370	5.146
<ul><li>c) trabalhista</li></ul>	258	6.880	1.251	1.070	6.425	1.168	255	272
d) previdenciário	4.146	2.209	-	4.258	2.040	-	622	631
Total	5.147	25.006	193.100	5.494	23.102	177.260	13.247	6.049

### Consolidado:

Passivo		2012			2011		Depósito	Judicial
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	1.744	1.836	2.520	166	1.671	2.353	-	-
b) tributário	2.947	14.081	189.329	292	12.590	173.739	12.564	5.148
c) trabalhista	465	6.880	1.251	1.070	6.260	1.168	255	272
d) previdenciário	4.146	2.209	-	4.258	1.988	-	622	631
Total	9.302	25.006	193.100	5.786	22.509	177.260	13.441	6.051

<u>Cível</u> – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para litígios--Continuação

### Passivo contingente—Continuação

*Tributário* – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) Créditos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido A Companhia foi autuada no valor de R\$10.789, pela Receita Federal do Brasil referente a não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- b) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$131.347, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- c) Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$7.891.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para litígios--Continuação

### Passivo contingente—Continuação

- d) IPI, PIS, COFINS A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$10.416. No primeiro semestre de 2012 foi realizado um deposito judicial referente a este processo no valor de R\$ 7.223, nº 5012882902114047107, com a finalidade de ser discutido a desconsideração da dedutibilidade da assunção de dividas objeto da retificação da declaração de rendimentos do ano de 1996, base 1995 e consequentemente, a desconsideração dos valores a restituir.
  - e) Imposto de Importação A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$7.321. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
  - f) IPI A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$4.629. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.
  - g) Imposto de Renda e Contribuição Social A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$75.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente—Continuação

- h) Imposto de Renda e Contribuição Social A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de PessoaJurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$1.905.
- i) Imposto de Renda e Contribuição Social A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$207.
- j) Imposto de Renda e Contribuição Social A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$740.
- k) ICMS A companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. R\$2.346.

<u>Trabalhista</u> – diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Provisão para litígios--Continuação

### Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos pois somente efetuará tais levantamento caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

### Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

#### Controladora

	Saldo em 2011	Adição	Exclusão	Saldo em 2012
Cíveis	166	587	(10)	743
Trabalhistas	1.070	41	(8 <del>5</del> 3)	258
Previdenciário	4.258	288	(400)	4.146
	5.494	916	(1.263)	5.147

### Consolidado

	Saldo em 2011	Adição	Exclusão	Saldo em 2012
Cíveis	166	1.634	(56)	1.744
Trabalhistas	1.070	147	( <del>?</del> 52)	465
Tributárias	292	3.155	(500)	2.947
Previdenciário	4.258	288	(400)	4.146
	5.786	5.224	(1.708)	9.302

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Empréstimos e financiamentos

			_	Control BRG/		Consc	lidado
	Indexador	Juros	Vencimento _	2012	2011	2012	2011
Circulante	Писханог	00103	Venemiento	2012	2011	2012	2011
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2.5% a.a.	15/03/15	9,696	7.954	9.696	7.954
BNDES	TJLP	2,5% a 4,5% a.a.	15/07/13	57.569	57.099	57.578	57.099
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	50.429	800	50.429	800
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	668	211	668	211
Empréstimos capital de giro- Freios		-,-,-					
Controil	TJLP	9% a.a.	15/08/17	-	-	10.011	-
Moeda estrangeira:							
-	Variação						
Adiantamentos de contratos de câmbio	cambial +						
US\$ 22.730 mil	deságio	1,7% a 2,73% a.a	14/11/13	46.449	34.881	46.449	34.881
Empréstimos bancários US\$ 1.353 mil	Libor	4% a.a.	30/08/18	-	-	2.765	4.474
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a	08/09/14	-	-	-	5.656
,	Variação	-,					
BNDES US\$ 233 mil	cambial	2,5% a.a.	15/07/13	477	761	477	761
·	Variação	,					
	Cambial +						
IFC financiamento de US\$ 6.707 mil	Libor	3% a.a.	15/10/17	13.706	2.590	13.706	2.590
	Variação						
	cambial +						
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/20	1.290	-	1.290	-
				180.284	104.296	193.069	114.426
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2.5% a.a.	15/03/15	31.382	24.901	31.406	24.901
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/03/13	31.302	32.756	31.400	32.756
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	_	74.292	_	74.292
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3.0% a.a.	21/02/21	16.840	15.411	16.840	15.411
Empréstimo bancário capital de giro –	11 0/4	3,0 % a.a.	21/02/21	10.040	13.411	10.040	10.411
Freios Controil	TJLP	9%a.a.	15/08/17	_	_	12.563	_
1 1003 CONTROL	TOLI	570a.a.	13/00/17			12.303	
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 24.000 mil	Libor	4% a.a.	30/08/18	_	-	49.044	46.895
Empréstimos bancários \$ 13.370 mil	-	20,6% a.a.	08/09/14	-	-	4.758	-
•		•					
	Variação						
BNDES	cambial	2,5% a.a.	15/07/13	-	442	-	442
	Variação						
	Cambial +						
IFC financiamento	Libor	2,25% a.a.	15/10/17	-	12.505	-	12.505
	Variação						
	cambial +						
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	20/03/20	102,175	_	102.175	
1103010ga0 2110 140L	LIDOI OIVI	+,∪ /∪ a.a.	20/03/20	102.173	=	102.173	=
			_	150.397	160.307	216.786	207.202
Total de empréstimos sujeitos a juros			-	330,681	264.603	409.855	321.628
			=		20		32023

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Empréstimos e Financiamentos --Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$70.423 (R\$70.341 em 31 de dezembro de 2011), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$18.793 (R\$29.293 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2012 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor de R\$19.526 (R\$18.730 em 31 de dezembro de 2011).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal:
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Capital social e reservas

# Ações autorizadas

	2012
Ações ordinárias no valor de R\$1 cada Ações preferenciais conversíveis no valor de R\$1	90.000.000 180.000.000
	270.000.000

# Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2011	66.174.350	109.880
Em 31 de dezembro de 2012	66.174.350	109.880

90.000.000 180.000.000 270.000.000

# Ações preferenciais emitidas e totalmente integralizadas

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2011	36.206.650	60.120
Em 31 de dezembro de 2012	36.206.650	60.120

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Capital social e reservas--Continuação

### Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2011	2.400.000	3.886
Em 31 de dezembro de 2012	2.400.000	3.886

No dia 26 de novembro de 2008, o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea "h" do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado pela AGO/E de 13 de abril de 2007. As ações foram adquiridas durante o período de 27 de novembro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009, na quantidade de 1.600.000 ações preferenciais, por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$2,43 por ação, sendo que o custo máximo foi de R\$2,65 e o custo mínimo de R\$2,25.

Em 7 de abril de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde foi deliberada e aprovada a bonificação em ações na proporção de 50%. Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria foi acrescida de 800.000 ações preferenciais, totalizando 2.400.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2012 é de R\$5.02.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Capital social e reservas--Continuação

### Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros (estatutária)

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

### Outros resultados abrangentes

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedge*s de fluxo de caixa de R\$1.913 (R\$1.774 em 2011) que representam os movimentos nos *hedge*s de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquido de imposto.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do *hedge* sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Capital social e reservas--Continuação

Outros resultados abrangentes--Continuação

Reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Impostos de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado, estão contabilizados no passivo não circulante

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado está sendo realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

### Dividendos e juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

### Os dividendos foram calculados conforme segue

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	24.739	44.036
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	3.478	3.663
Lucro líquido do exercício ajustado	28.217	47.699
Reserva legal (5%)	(1.411)	(2.385)
Lucro base para distribuição	26.806	45.314
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.701	11.329
Adicional as ações preferenciais (10%)	227	383
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	6.928	11.712
Juros sobre capital próprio	7.997	16.167
Imposto de renda (15%)	(1.199)	(2.425)
	6.798	13.742
Dividendos complementares	130	-
Total dos dividendos	6.928	13.742

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Dividendos e juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95--Continuação

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais, sobre o lucro dos exercícios findos, em 31de dezembro de 2011, no valor de R\$2.655.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$7.997 (R\$16.167 em 2011) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$2.719, (R\$5.472 em 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2012		2011	
	Ordinárias Preferenciai		Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do exercício	15.838	8.901	28.193	15.843
Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Lucro por ação – básico e diluído	66.174 0,24	33.807 0,26	66.174 0,43	33.806 0,47

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IF	RS
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social correntes: Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.357)	(12.995)	(11.436)	(15.111)
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	441	2.466	5.048	3.612
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(7.916)	(10.529)	(6.388)	(11.499)
	Contro		Consoli	
	2012	2011	2012	2011
Demonstração consolidada do resultado abrangente Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:  Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev	(209)	207	(209)	207
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge Accounting	(986)	1.020	(986)	1.020
	(1.195)	1.227	(1.195)	1.227

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	BRGGAP		Conso	lidado
			IFF	RS
	2012	2011	2012	2011
Lucro contábil antes dos impostos	33.202	56.288	31.994	57.468
À alíquota fiscal de 34%	11.289	19.138	10.878	19.539
Juros sobre capital próprio	(2.719)	(5.496)	(2.719)	(5.496)
Despesa incentivada	(1.790)	(2.181)	(1.790)	(2.181)
Outras despesas não dedutíveis	1.136	(932)	19	(363)
	7.916	10.529	6.388	11.499
Alíquota efetiva	23,84%	18,70%	19,96%	20,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Impostos sobre o lucro--Continuação

# Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

### Controladora:

	Balanço patrimonial BRGAAP		Resul	tado
			BRG	AAP
	2012	2011	2012	2011
Provisão para comissões e fretes	442	342	100	55
Provisão para devedores duvidosos	1.753	488	1.265	146
Provisão para contingências	1.660	1.868	(208)	(487)
Provisão estoques obsoletos	567	367	`20Ó	176
Operações de derivativos	588	1.667	117	327
Ajustes das leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	190	547	(357)	(261)
Provisão desvinculo de funcionários	388	221	167	(58)
Participação dos diretores e funcionários	947	1.446	(499)	(183)
Provisões diversas e outros	1.770	1.567	203	514
Randonprev avaliação atuarial	(724)	(485)	(239)	266
Ajuste "valor atribuído" do mobilizado	(24.022)	(25.813)	1.791	1.887
Lucro não realizado nos estoques	1.586	1.266	320	84
Compra vantajosa Controil	(2.419)	-	(2.419)	-
Receita de imposto de renda e contribuição				
social diferidos			441	2.466
(Passivo) fiscal diferido	(17.274)	(16.519)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

# Consolidado:

	Balanço patrimonial IFRS		Resul	tado
			IFR	S
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais a compensar	12.048	4.000	4.027	1.758
Provisão para comissões e fretes	442	342	100	55
Provisão para devedores duvidosos	1.753	488	1.265	28
Provisão para contingências	3.073	1.967	(307)	(413)
Provisão estoques obsoletos	567	367	200	176
Operações de derivativos	588	1.667	117	327
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	190	547	(357)	(261)
Provisão desvínculo de funcionários	388	221	167	(58)
Participação dos diretores e funcionários	947	1.446	(499)	(183)
Provisões diversas e outros	1.770	1.567	511	121
Randonprev avaliação atuarial	(724)	(485)	(239)	266
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(30.694)	(25.813)	2.368	1.887
Compra vantajosa Controil	(2.419)	` <u>-</u>	(2.419)	-
Outros	` 38 <b>6</b>	271	<b>` 11</b> 4	(91)
Receita de imposto de renda e contribuição	-			, ,
social diferidos			5.048	3.612
(Passivo) fiscal diferido	(16.896)	(16.520)		
Ativo fiscal diferido	5.211	3.105		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Cont	roladora	Cons	olidado
	BR	BRGAAP		RS
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	659.878	651.847	865.976	710.496
Devolução de vendas	(10.419)	(10.884)	(11.965)	(10.884)
Ajuste a valor presente	(5.965)	(8.906)	(5.965)	(8.906)
Impostos sobre a venda	(153.396)	(145.121)	(185.288)	(145.121)
Receita operacional líquida	490.098	486.936	662.758	545.585

# 21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora BRGAAP			olidado RS
	2012	2011	2012	2011
Despesas por função	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	(356.136)	(368.499)	(494.410)	(406.666)
Despesas com vendas	(59.503)	(51.235)	(76.253)	(58.511)
Despesas gerais e administrativas	(31.979)	(23.518)	(41.911)	(28.995)
Remuneração e participação dos administradores	(3.333)	(4.440)	(3.333)	(4.440)
Outras despesas operacionais	(5.740)	(8.012)	(6.246)	(10.646)
	(456.691)	(455.704)	(622.153)	(509.258)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(25.134)	(21.583)	(35.377)	(23.091)
Despesas com pessoal	(133.363)	(137.040)	(169.119)	(150.077)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(174.010)	(197.963)	(216.940)	(218.051)
Fretes	`(17.290)	`(15.875)	`(21.759)	(17.336)
Outras despesas	(106.894)	(83.243)	(178.958)	(100.703)
•	(456.691)	(455.704)	(622.153)	(509.258)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Despesas com benefícios a funcionários e participação nos lucros

 Ordenados e salários
 121.003

 Custos de previdência social
 11.486

 Custos relacionados a aposentadoria
 874

Cont	roladora	Consolidado		
BR	GAAP	IF	RS	
2012	2011	2012	2011	
121.003	116.701	145.640	138.183	
11.486	19.297	19.567	10.845	
874	1.042	3.912	1.049	
133.363	137.040	169.119	150.077	

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros referente ao exercício de 2012 foi no valor de R\$4.668 (R\$5.985 em 31 de dezembro de 2011).

# 23. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado durante o exercício financeiro totalizam R\$8.774 (R\$10.690 em 2011).

### 24. Resultado financeiro

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Variação cambial	11.380	23.619	11.380	23.619
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	16.349	23.239	16.349	23.239
Ganhos com outras operações de derivativos	(119)	97	(119)	97
Ajuste a valor presente	6.340	9.498	6.34Ó	9.498
Outras receitas financeiras	2.510	2.491	3.304	2.642
	36.460	58.944	37.254	59.095
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(20.285)	(23.215)	(26.540)	(23.215)
Juros sobre financiamentos	(16.585)	(10.375)	(21.699)	(12.632)
Perdas com outras operações de derivativos	(41)	(1.532)	(41)	(1.532)
Ajuste a valor presente	(1.024)	(3.443)	(1.340)	(3.443)
Variação Monetária	(2.731)	(795)	(3.573)	(1.287)
Despesas bancárias	(1.684)	(1.287)	(2.203)	(1.377)
Outras despesas financeiras	(671)	(861)	(890)	(922)
·	(43.021)	(41.508)	(56.286)	(44.408)
Resultado financeiro	(6.561)	17.436	(19.032)	14.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (cambio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

### Controladora:

	Nota		Valo	r contábil	Va	ılor justo
		Nota Categoria	2012	2011	2012	31/2/2011
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	70.490	120.540	70.490	120.540
Aplicação financeira	5	(b)	146.640	120.170	146.640	120.170
Clientes	6	(a)	86.872	72.689	86.872	72.689
Instrumentos financeiros derivativos	25	(b)	259	-	259	-
Passivos						
Fornecedores		(b)	(21.784)	(16.719)	(21.784)	(16.719)
Empréstimos e financiamentos	15	(c)	(330.681)	(264.603)	(330.398)	(264.603)
Mútuos a pagar	9	(c)	(1.039)	(1.183)	(1.039)	(1.183)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(b)	(225)	(3.555)	(225)	(3.555)
Total			(49.468)	27.339	(49.185)	27.339

### Consolidado

			Valor c	ontábil	Valor justo	
	Nota	Categoria	2012	2011	2012	2011
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	79.308	128.498	79.308	128.498
Aplicação financeira	5	(b)	146.640	120.170	146.640	120.170
Clientes	6	(a)	103.915	83.970	103.915	83.970
Instrumentos financeiros derivativos	25	(b)	259	-	259	-
Passivos						
Fornecedores		(b)	(34.938)	(29.465)	(34.938)	(29.465)
Empréstimos e financiamentos	15	(c)	(409.855)	(321.628)	(409.572)	(321.628)
Mútuos a pagar	9	(c)	` (1.039)́	(1.183)	<b>(1.039</b> )	(1.183)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(b)	(225)	(3.555)	(225)	(3.555)
Total			(115.935)	(23.193)	(115.652)	(23.193)

# Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- Valor justos por meio do resultado
- (b) (c) Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1:preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2</u>:outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3</u>:técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A companhia possuí apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houveram transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2012

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pos-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Nossa análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2012, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

### 

DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aplicações financeiras	R\$	14.187	10.640	7.094
	Depreciação	da Taxa em	25%	50%
Referência para Receitas Financeira		Prováveis	Possíveis	Remota
CDI %		6,90%	5,17%	3,45%
AUMENTO DAS DESPESAS FINANCEIRAS		Cenário	Cenário	Cenário
	Moeda	Provável	Possível	Remoto
Instituições financeiras	R\$	125.838	157.276	188.706
	Apreciação o	da Taxa em	25%	50%
Referência para Passivos Financeiros		Prováveis	Possíveis	Remota
TJLP		5,50%	6,87%	8,25%
URTJ		1,97	2,47	2,96
US\$		2,04	2,55	3,07

### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio -- Continuação

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou variação positiva de 0,63% (11,18% positiva em 31 de dezembro de 2011). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação a sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade unica de proteção (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

			US\$ mil				
		Contro	ladora	Consoli	dado		
		BRG	AAP	IFRS			
		2012 2011		2012	2011		
A. Ativos	líquidos em dólares norte-americanos	52.782	74.876	23.993	42.628		
B. Empré	stimos/financiamentos em dólares norte-americanos	79.916	31.073	107.614	61.474		
C. Valor j	usto de instrumentos financeiros derivativos	(17)	1.895	(17)	1.895		
D. Supera	vit (Déficit) apurado (A-B+C)	(27.117)	45.698	(83.604)	(16.951)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

### Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

			Controladora				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B			
Exposição líquida de instrumentos							
financeiros	Alta do US\$	55.413	69.266	83.119			
	Queda do US\$	55.413	41.500	27.706			
			Consolidado				
	•	Cenário					
Operação	Risco	provável	Cenário A	Cenário B			
Exposição líquida de instrumentos		-					
financeiros	Alta do US\$	170.843	213.554	256.264			
	Queda do US\$	170.843	128.132	85.704			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	2012	2011
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	15	330.681	264.603
<ul><li>(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras</li></ul>	5	(217.130)	(240.710)
Dívida líquida		113.551	23.893
Patrimônio		368.033	350.218
Capital Social e dívida líquida		482.684	374.111
Quociente de alavancagem	_	24%	6%
Consolidado	Nota	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	15	409.855	321.628
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5	(225.948)	(248.668)
Dívida líquida		183.907	72.960
Patrimônio		368.033	350.218
Capital Social e dívida líquida		551.940	423.178
Quociente de alavancagem	_	33%	17%

### **Garantias**

A empresa não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

### Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com freqüência. Em 31 dezembro de 2012, a Companhia contava com aproximadamente 22 clientes que deviam R\$1.700 cada (em 31 de dezembro de 2011 eram 27 clientes que deviam R\$2.169 cada) sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 53 clientes, que deviam aproximadamente R\$455.000 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que esta indicado na Nota 6.

### Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	-	193.069	70.308	146.478	409.855
Fornecedores	34.938	-	-	-	34.938
_	34.938	193.069	70.308	146.478	444.793

### <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (*hedge*) de vendas e compras futuras esperadas a clientes e fornecedores no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização de transações. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia verificadas em 31 de dezembro de 2012, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

		lor de erência		lor de erência	_		Valor d	e Custo –			Efeito Acu	ımulado
		nal – em es de US\$		Nacional - em milhares de R\$ - R\$ - (créd		Valor Justo – em em milhares de milhares de R\$ - (crédito) /		Efeito Acumulado em 2012 – em milhares de R\$ (crédito) / débito		em 2011 – em milhares de R\$ (crédito) / débito		
Descrição / Contraparte	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	Valor Recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF venda	18.700	26.300	37.499	49.315	218	(3.555)	218	(3.555)	14	4.222	1.097	506
NDF compra	50.000	-	102.175	-	(184)	-	(184)	-	-	-	-	-
Total	68.700	26.300	139.674	49.315	34	(3.555)	34	(3.555)	14	4.222	1.097	506

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

			Valor de Referê	encia					
(nacional) Valor Justo									
Descrição	Modalidade	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011		
Banco do Brasil	Venda	USD	1.000	4.000	R\$	35	(576)		
HSBC	Venda	USD	3.000	8.500	R\$	(125)	(1.028)		
Banco Itaú BBA	Venda	USD	1.500	1.000	R\$	67	(243)		
Votorantim	Venda	USD	4.000	4.900	R\$	(199)	(401)		
Santander	Venda	USD	5.700	7.900	R\$	<b>173</b>	(1.307)		
Safra	Venda	USD	1.000	-	R\$	99	` -		
Bradesco	Venda	USD	2.500	-	R\$	168	-		
Unibanco	Compra	USD	25.000	-	R\$	(225)	-		
Votorantim	Compra	USD	20.000	-	R\$	15	-		
Safra	Compra	USD	5.000	-	R\$	26	-		
Total		USD	68.700	26.300	R\$	34	(3.555)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

		2012		2011
Descrição	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF	11.200	57.500	68.700	26.300
Total	11.200	57.500	68.700	26.300

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganhos	esultado	Ganhos e Perdas			
			na Receita a em	Alocado no Finance		registradas no Patrimônio Líquido*	
Descrição	Moeda	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Operações de Proteção Cambial Contratos NDF (Non Deliverable	D¢	2 222	1.000	242	1 422	(207)	(2.504)
Forwards)	R\$	3.233	1.062	343	1.432	(307)	(2.591)
TOTAL	R\$	3.233	1.062	343	1.432	(307)	(2.591)

<sup>\*</sup> Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro afetem a demonstração do resultado com uma perda de R\$307 em 2013.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução Nº475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Contr	roladora e Consolidado			
<u>Operação</u>	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B		
Non Deliverable Forward – NDF (venda) Non Deliverable Forward – NDF (compra)	Alta do US\$ Alta do US\$	218 (184)	(9.432) (25.727)	(19.350) (51.317)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 26.Compromissos

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas à Randon S.A. Implementos e Participações (controladora):

		Control	adora	Cons	olidado	
		BRGA	AP	IFRS		
	Tipo de garantia	2012	2011	2012	2011	
Randon S.A.	Aval e fianca	18.793	23.293	18.793	23.293	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuiu contratos de arrendamento operacional ou financeiro.

# 27. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

<u>Segmento de montadoras</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2012 e 2011 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

<u>Segmento de reposição</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2012 e 2011 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

### a) Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Repo	sição	Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita líquida para terceiros	145.564	148.357	517.194	397.228	662.758	545.585
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(130.797)	(106.527)	(363.613)	(300.139)	(494.410)	(406.666)
Lucro bruto	14.767	41.830	153.581	97.089	168.348	138.919

Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito do Grupo, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Informações por segmento--Continuação

### b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Repo	sição	Total consolidado		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Região:							
Mercado nacional	91.521	103.229	269.630	276.398	361.151	379.627	
Nafta	51.672	27.984	138.800	74.926	190.472	102.910	
Europa	2.069	2.923	16.677	7.827	18.746	10.750	
Mercosul	86	6.780	49.786	18.154	49.872	24.934	
África	-	2.402	17.724	6.430	17.724	8.832	
Ásia e Oceania	216	806	14.361	2.159	14.577	2.965	
Outros		4.233	10.216	11.334	10.216	15.567	
Total	145.564	148.357	517.194	397.228	662.758	545.585	

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

# 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

		Total dos limites de indenização	
	Risco coberto		
		2012	2011
Prédios, estoques, máquinas e	Incêndio, vendaval, danos elétricos e		
lucros cessantes	riscos gerais.	315.970	312.512
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	749	946
	Fabricação de produtos e Recall no		
Responsabilidade civil	país e exterior	21.700	20.200
Acidentes pessoais	·	2.797	2.606
•		341.216	336.264